

Começa a definição da equipe de Cardoso

SERGIO LEO

BRASÍLIA — O presidente do BNDES, Pêrsio Arida, deve ser o único integrante da equipe econômica a partir para a iniciativa privada, no novo governo. Continuarão em postos de destaque, o presidente do Banco Central, Pedro Malan; o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco; o secretário executivo, Clóvis Carvalho e o assessor especial Edmar Bacha, garantem interlocutores do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso.

Segundo os poucos tucanos que se arriscam a especular sobre o assunto, a nomeação da nova equipe econômica trará poucas surpresas, a não ser pelo retorno de estrelas do PSDB que já tiveram papel de destaque em outros governos, como a ex-ministra do Trabalho Dorothea Werneck — que, durante a campanha eleitoral, de forma discreta, trabalhou intensamente com o coordenador do plano de governo de

Fernando Henrique, Paulo Renato de Souza.

Silêncio — Recolhidos a um silêncio obsequioso, só rompido pelas entrevistas coletivas sobre o Plano Real, desde a partida de Fernando Henrique para sua viagem aos países do ex-bloco socialista, os candidatos a homens-fortes da economia sob Fernando Henrique têm tratado como tabu a discussão sobre os cargos no futuro governo. “Ninguém saberá nada sobre os nomes do próximo governo, pelo menos nos próximos quinze dias”, garante um dos principais assessores do presidente eleito.

Bacha já deixou claro, porém, que, apesar de ser um dos assessores em melhor situação financeira — seu contrato de trabalho, firmado com o BNDES, lhe garante um salário superior a R\$ 5.000 mensais — só aceita permanecer no setor público se dispuser de algum posto na cidade onde vive sua família, o Rio de Janeiro. “Já basta de sacrifício”, desabafou o economista em conversas reservadas.

A falta de salários compatíveis com os da iniciativa privada tem sido uma das principais preocupações do presidente eleito, que já anunciou a disposição de rever a remuneração dos cargos de confiança. O cargo de secretário executivo — o vice-ministro, que recebe a mais alta gratificação do setor público, DAS-6 — tem, hoje, um salário de R\$ 1,6 mil. Se o ocupante do cargo já for funcionário público pode optar por permanecer com seu salário original e receber metade dessa gratificação.

“O Clóvis (Carvalho), por exemplo, recebe só os R\$ 1,6 mil, quando poderia estar ganhando salário de executivo na iniciativa privada, que está pagando em média R\$ 9,6 mil”, comenta um dos assessores do presidente eleito.

Fernando Henrique quer acabar com as práticas montadas em Brasília para contornar essas limitações salariais, que generalizaram a requisição de funcionários de esta-

tais para cargos técnicos. Na cúpula tucana se comenta o exemplo da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), que, por muitos anos, foi encarregada de fiscalizar as empresas do governo e mantinha seus quadros principalmente com funcionários vinculados às empresas fiscalizadas.

Dificuldade — A dificuldade de encontrar pessoas dispostas a se mudar para Brasília recebendo salários inferiores aos pagos pelo mercado aumenta ainda mais o cativeiro de algumas estrelas do PSDB vinculadas ao setor público. E torna ainda mais provável o convite, para o governo de Fernando Henrique, de ex-integrantes do governo como Dorothea Werneck, que tem a simpatia dos ministros do Planejamento, Beni Veras, e da Fazenda, Ciro Gomes. A volta à Brasília do ex-secretário de Política Econômica Roberto Macedo, candidato derrotado à Câmara Federal, também está nas cogitações dos tucanos.